AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 Nº 5 5 DE JUNHO DE 1979

PERIÓDICOS

OMES FREIR 21.VI.79 -DR-RIO-

BRASIL CORREIO C1,50 10416

0000000845
GUSTAVO DE SA E SILVA
DIRETOR EAESP
AV 9 DE JULHO 2029
SAO PAULO SP
Diretoria

EAESP/FGV
S. Circ.
26 JUN 1979
CORRESPONDÊNCIA
RECEBIDA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Freire Raguenet
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Regis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Junior
Secretária	Maria Berni Medina de Abreu
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Vol. 3 nº 5 05 de junho de 1979

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

SUMÁRIO

Páginas

Nota da Edição 2

PANORAMA AGROPECUÁRIO
Preços no Mercado Externo. 4
Preços no Mercado Interno 6
Preços Relativos 8

COMENTÁRIOS
Algodão. 10
Feijão 26
Café. 28
Trigo 30

Agroanalysis	Rio de Janeiro	vol. 3	nº 5	pag. 1 a 33	junho 1979

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

NOTA DA EDIÇÃO

Ainda não é possível avaliar, na sua exata extensão, o impacto do "pacote agrícola" sobre o Orçamento Monetário e os seus efeitos em termos de estímulo à produção de determinadas lavouras. Uma estimativa mais precisa só poderá ser feita quando forem determinados os valores básicos de custeio, os percentuais de financiamento e os preços mínimos de garantia para cada produto. É possível, no entanto, tecer algumas considerações preliminares, de caráter mais geral, a respeito do "pacote".

Assim é que as medidas adotadas pelo CMN podem ser catalogadas segundo os seguintes objetivos:

1) manutenção da renda do setor agrícola nos casos de frustração de safras;
2) desburocratização na concessão do crédito rural;
3) redistribuição do crédito em benefício dos pequenos produtores; e
4) maior estímulo à produção de alimentos graças a financiamentos de custeio que representem um percentual mais elevado do custo de produção.

Verifica-se, portanto, que a intenção foi ampla e ambiciosa, restando apenas esperar que ela encontre ressonância na implantação das medidas do governo. Neste sentido, algumas dificuldades já podem ser antecipadas. Ignora-se, por exemplo, com que intensidade os pequenos produtores responderão à oferta de mais crédito que lhes é feita(*). As medidas do governo encerram, além disso, um desafio para o sistema bancário que terá de compatibilizar a desburocratização na liberação dos créditos (sem prejuízo do exame minucioso dos "dossiers", necessário para reduzir os riscos do financiamento e indispensável para manter a credibilidade do sistema a longo prazo), com uma certa dose de alteração no perfil de sua clientela. E, finalmente, vale notar que as modificações introduzidas pelo CMN, ao mesmo tempo em que permitem maior flexibilidade à ação governamental, tornam mais complexa a administração do sistema crédito de custeio – preço mínimo. Antes, o governo agia ape-

(*) Os economistas diriam que há poucas informações com relação à elasticidade da demanda de crédito por parte dos pequenos produtores.

nas sobre duas variáveis: o percentual de financiamento para custeio — que variava de 48% a 60% — e o preço mínimo. Agora, terá que fixar, também, o valor básico de custeio, cujo percentual de financiamento poderá atingir, em certos casos, até 100%.

Essas modificações permitirão ao governo fazer com que sua ação se torne mais seletiva. A possibilidade de financiar o custeio até o nível de 100%, poderá introduzir um tratamento marcadamente diferenciado entre os produtos. Pode-se esperar, também, que a relação preço mínimo/valor básico de custeio seja estabelecida em função das preferências do governo em termos de estímulo à produção ou da necessidade de formação de estoques. Vale notar, a esse propósito, que a intenção é de estabelecer um piso para a relação mencionada da ordem de 1,67. O quadro 3 (pág. 18) mostra que em São Paulo, considerando-se três lavouras (algodão, soja e milho), apenas uma vez o preço mínimo situou-se 67% acima do custo de produção calculado pelo Instituto de Economia Agrícola, num período de 7 anos. Isso significa que se o governo mantiver o piso de 1,67 para aquela relação, aumentará consideravelmente a aderência dos preços mínimos aos preços de mercado, a menos que haja certa compressão nos valores básicos de custeio.

Resumindo, pode-se dizer que o governo já explicitou as diretrizes que nortearão a sua estratégia, faltando definir, contudo, os detalhes táticos que indicarão, em última instância, a intensidade que se deseja imprimir às modificações embutidas no "pacote agrícola".

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 79 jul	79 set	79 nov	80 jan	80 mar	80 mai	80 jul	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+1%	+11%	7,80 (jul)		+7%				+29%		↗	Mercado reage favoravelmente à possibilidade dos EUA retificarem o AIA independente da aprovação de sua legislação doméstica.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters, CottonWorldStat.	+2%	-5%	62,93		-2%				+3%		↗	– Condições climáticas desfavoráveis para o plantio norte-americano. – Razoável necessidade de replantio na URSS.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+1%	-6%	149,22 (jul)		+3%				+7%		↗	– Permanece baixa a oferta de cacau africano. – Operadores trocam de posição e reduzem a diferença entre os futuros mais próximos e os mais distantes. – Previsões de maiores safras não se confirmam.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+11%	-7%	153,48 (jul)		+2%				-2%		↗	Repercussão das geadas no sul do Brasil provoca elevação dos preços na Bolsa de NY.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

Panorama Agropecuário

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 79 jul	79 set	79 nov	80 jan	80 mar	80 mai	80 jul	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+4%	-4%	262,19	+2%					+9%		↗	– Compras soviéticas poderão atingir 12 milhões de t nesta temporada. – Exportação conjunta de milho e sorgo pelos maiores produtores do Hemisfério Sul deverá reduzir-se em 10%. – Brasil reforça as importações mundiais.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+6%	+1%	723,13	+2%					+4%		↗	Permanência do limite de 1,1 milhão de t, para as exportações do Brasil tem agilizado as vendas dos EUA, pelo menos até a entrada efetiva da safra da Argentina.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	0%	0%	190,75	+3%				+6%			↗	Esmagamento norte-americano vem sendo ligeiramente superior ao da estação anterior, refletindo forte demanda internacional.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-11%	-5%	380,84	-5%					+1%		↘	Apenas a alta do ouro contribui, no momento, para compensar a tendência de baixa.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+17%	+4%	451,70	↘	Elevada produtividade da safra Meridional e expectativa de maiores quedas nos preços adiam compras.
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+1%	-6%	668,80**	→	Reajuste de 10% nos preços da tabela, já em vigor, não contribuirá substancialmente para a normalização do abastecimento.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+5%	-2%	2.452,00	↗	Geadas elevam as cotações no mercado interno.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	-34%	+2%	626,25	↗	Proximidade da entressafra. Importação dificultada e estoques insuficientes.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

** Produto tabelado.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

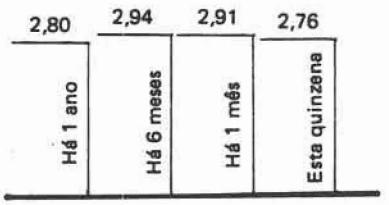
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+14%	0%	549,50	→	Preços firmes em SP (feijão a cores) e no Grande Rio (feijão preto): em ambos os mercados, a demanda absorve integralmente a oferta do produto, mesmo com qualidade afetada pelas chuvas de maio.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	+3%	+7%	29,00	→	Diminuição do preço do produto não atinge objetivo: consumo não denota expansão, uma vez que o lucro dos supermercados na revenda continua inalterado.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+42%	0%	143,00**	→	Preços a nível de produtor oscilam em torno de Cr$ 160,00/sc. 60 kg nos estados de MG, PR e GO.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+9%	+4%	302,50	→	Atraso na colheita, principalmente no RS, reduziu a disponibilidade de grãos.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

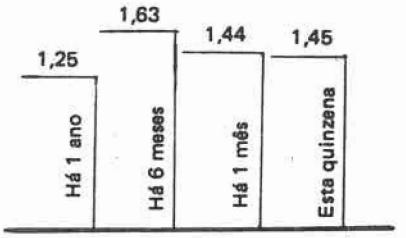
** Produto tabelado.

MERCADO EXTERNO

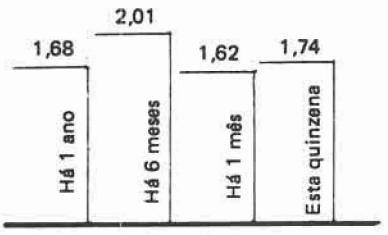
Soja / Milho



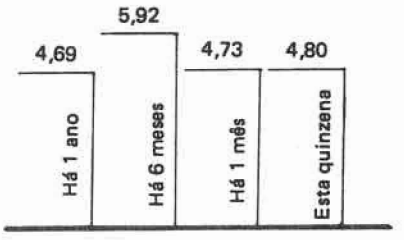
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho



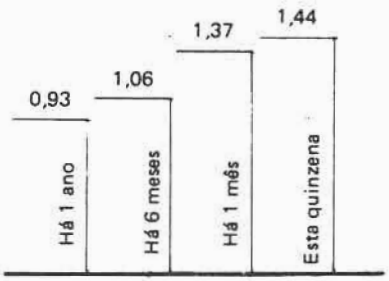
FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

NOTA: Registra-se, nesta quinzena, uma queda de 5,2% no preço relativo soja/milho comparativamente à posição de há 1 mês atrás. Nesse período, o preço do cereal apresentou um crescimento de 4,9% em função de uma crescente demanda internacional, estimulada por compras soviéticas e de países da Europa Oriental e da Ásia. Ainda assim, o preço relativo atual sugere a possibilidade de ampliação da área de soja em detrimento do milho. "Permanece praticamente inalterada, esta quinzena, a relação de preços trigo/milho em comparação ao nível de há 1 mês antes. O mercado tritícola apresentou, nesse período, uma recuperação de preços na medida em que foram contornados os efeitos baixistas oriundos da prorrogação de um acordo internacional que não favorece aos países exportadores. A alta de preços decorreu da instabilidade do dolar norte-americano e da confirmação da quebra da safra de trigo de inverno nos EUA. ""Nesta quinzena, o preço do algodão na Bolsa de Nova Iorque elevou-se em 6,4% relativamente à posição de há 1 mês antes. Tal evolução deveu-se à persistência de bom movimento nas exportações norte-americanas conjugada à reavaliação para baixo do "carry-over" mundial do produto. Aliado à queda das cotações da soja (0,8%), tal comportamento de preços resultou num preço relativo algodão/soja superior em 7,4% ao nível de há 1 mês atrás. """A maior valorização do preço do algodão desde há 1 mês propiciou a alta de 1,5% no preço relativo algodão/milho que se verifica nesta quinzena. Não obstante, ressalte-se o declínio dessa relação nos últimos 6 meses, período em que o preço do milho evoluiu em 16,0%, em contraposição a uma baixa de 5,9% nas cotações da fibra.

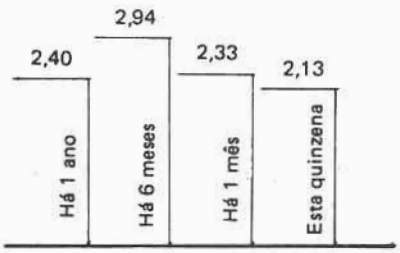
PREÇOS RELATIVOS

MERCADO INTERNO

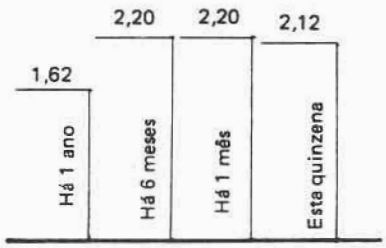
Boi Gordo / Frango Abatido



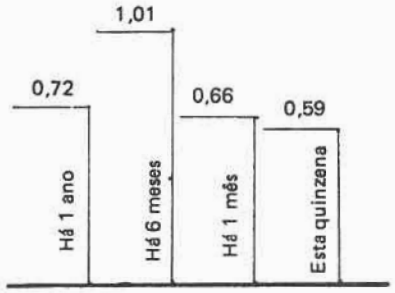
Frango Abatido / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

***O movimento ascendente do preço relativo boi gordo/frango abatido atingiu, esta quinzena, um patamar 54,8% mais elevado do que aquele de há 1 ano. Enquanto persiste a fase cíclica de alta de preços no mercado de bovinos, o setor avícola não tem captado os reflexos altistas esperados para o mercado de carnes em geral. Neste sentido, enquanto o preço do boi gordo valorizou-se em 20,4% nos últimos 6 meses, o preço do frango abatido depreciou-se em 11,6% no mesmo período, justificando a posição atual da relação de preços entre ambos os produtos. ***A referida queda nos preços do frango de corte nos últimos 6 meses, conjugada ao aumento de 22,2% no preço da ração no mesmo período, vem incorrendo em significativa pressão sobre a lucratividade dos avicultores. O preço relativo atual é inferior em 27,6% e 8,6%, respectivamente, às posições de 6 meses e 1 mês antes. ***As elevações de 3,8% e de 14,9% verificadas, esta quinzena, respectivamente, no preço do feijão preto e de feijão a cores, explicam a queda de 10,6% registrada no preço relativo feijão preto/feijão a cores desta quinzena, em comparação com aquele de há 1 mês. A explicação desta evolução de preços, em época de entrada de safra, prende-se às chuvas ocorridas, em especial no Paraná, que dificultaram o transporte do produto novo aos grandes centros consumidores. A decisão de as indústrias esmagadoras de soja pagarem menos pela matéria-prima, em resposta ao congelamento do preço do óleo de soja, explica a depreciação de 0,4% ocorrida no preço deste grão, esta quinzena, em relação àquele de há 1 mês; conjugada à elevação do tabelamento do preço do milho para Cr$ 143,00/saca 60 kg, esta variação explica a diminuição de 3,6% observada no preço relativo soja/milho no período considerado.

Comentários

ALGODÃO

CRISE CAFEEIRA DE 30: CAFÉ CEDE LUGAR A ALGODÃO

A produção de algodão assume importância, no Brasil, a partir de 1930. Até então, a oferta do país não ia além de 1 milhão de toneladas de algodão em caroço. A crise cafeeira foi o marco que propiciou a expansão da malvácea, que por ser um produto cultivado em propriedades de médio porte, trouxe com ele, ao longo de seu período de implantação, algumas modificações na estrutura da propriedade da terra e nas relações de trabalho, principalmente em São Paulo, estado que na época tinha na cafeicultura seu principal sustentáculo. Assim, nas lavouras de algodão passou a não ter lugar para a figura do colono que foi substituído pela do trabalhador volante, cujo trabalho é realizado na forma de empreitada, geralmente na época da colheita. É este tipo de mão-de-obra que maior peso tem no custo da produção da cultura, na medida em que o índice de mecanização da colheita é ainda bastante insignificante.

Na década de 60, acompanhando a fase de expansão da economia brasileira, a produção média anual de algodão cresceu 56% em relação à da década anterior. O consumo interno, até então estagnado, iniciou sua escalada e as vendas externas elevaram-se em 106% no período. O pico da produção foi alcançado em 1972: 2.510.576 t. Naquele ano, começa a decadência da cultura, fazendo com que as exportações percam importância. O algodão que, nos anos 60, representava 7,01% do valor total exportado pelo país, passou a uma participação média de apenas 1,47%, na presente década.

DECLÍNIO DA COTONICULTURA EM ANOS RECENTES

O declínio da produção de algodão em anos recentes pode ser visualizado no Quadro 1. A análise de um período mais longo evidenciaria que a média da produção, nos últimos cinco anos, foi a mais baixa dentre todas as médias de 5 anos consecutivos desde 1959. O objetivo do presente trabalho é apontar as causas deste declínio e mostrar como se chegou a uma situação praticamente de igualdade entre a produção e o consumo brasileiros, com conseqüências negativas para as possibilidades de exportação do país.

A produção de algodão na região setentrional do país cresceu até 1973, decaindo nos três anos seguintes, para recuperar-se parcialmente em 1977 e 1978. Por outro lado, a expansão da área colhida registrada no nordeste brasileiro, embora modesta, deu-se sem grandes flutuações, devido à escassez de culturas alternativas. Estando o produtor praticamente limitado ao cultivo de algodão, o fator que mais contribuiu para explicar as variações anuais da área colhida foi o clima. As variáveis de mercado e a política agrícola, ao contrário do que ocorreu na região meridional do país, pesaram relativamente pouco na decisão do produtor. Apesar da área colhida com a malvácea, na região Setentrional, ser praticamente o dobro da do Sul, a produção obtida revela-se bastante inferior, devido principalmente ao sistema produtivo rudimentar, prevalecente na região. No Ceará, maior estado produtor, a área colhida média no período 1950/67, foi de 514.000 ha, com uma produção média de 172

mil t de algodão em caroço. No período subsqüente, 1968/78 ocorreu elevação substancial na área de colheita, cuja média alcançou 1.191 mil ha. Mas a produção média aumentou bem menos, para 270 mil t, ou seja, acusando uma queda vertiginosa na produtividade da cultura. A falta de assistência técnica e pesquisas fitogenéticas tem sido o principal entrave à elevação da produtividade do algodão nordestino. Devido à inexistência de pesquisas voltadas para as condições da região, a IAC-13, variedade de algodão herbáceo que não é mais utilizada em grande escala no Sul do país, vem sendo encaminhada para o Nordeste, levando a crer no desaparecimento do algodão arbóreo, originário daquela região.

PENETRAÇÃO DA SOJA REDUZIU O PLANTIO DE ALGODÃO

Na região Meridional, as oscilações de área são bem caracterizadas, em virtude da existência de culturas alternativas, tal como a soja e o milho. Os números constantes do Quadro 3, evidenciam a queda na área colhida com a malvácea nos Estados de São Paulo e Paraná, a partir de 1970, em favor da soja, cultura que se afigurava mais rentável ao cotonicultor. No período 1971-72/1978-79, enquanto a soja expandia sua área ao ritmo anual médio de 27,8%, o algodão perdia, em média, 9,3% de sua área a cada ano. Esta substituição de culturas inverteu a direção do plantio de algodão em São Paulo. De 1930 a 1970, a expansão da cotonicultura deu-se de leste para oeste do estado, mas, já no início dos anos 70, tomou sentido inverso. Isto pode ser observado a nível das microrregiões produtoras. Das 10 principais zonas produtoras, somente a Depressão Periférica Setentrional e Campinas é que registraram aumento de área de 1970 para 1975. A Microrregião com maior área colhida no início dos anos 70 era a da Alta Sorocabana de Presidente Prudente, com 82.819 ha. Em 1975, aquela área reduziu-se para 58.847 ha, isto é, cerca de 29% para menos. O município de Leme, pertencente à microrregião Depressão Periférica Setentrional, que em 1970 colhia algodão em apenas 7.451 ha, tornou-se, em 5 anos, o principal município plantador da malvácea, graças a uma expansão da área da ordem de 101%. Ao contrário, o município de Guaira, situado mais a oeste, primeiro no estado quanto à área colhida de algodão em 1970, apresentou uma queda de 68% em 1975, passando a ocupar a 16ª posição. Um dos municípios que mais sofreram com a penetração da soja foi o de Ribeirão Preto, cuja área colhida de algodão caiu 31% entre 1970 e 1975.

CAPITAL IMOBILIZADO COM A SOJA INDUZ À CONTINUIDADE NO PLANTIO

Uma vez constatada a perda de área do algodão para a soja, vale a pena examinar as principais variáveis que explicariam tal comportamento. Preliminarmente, convém lembrar que pelo fato de ser a soja uma cultura que, para ser rentável, demanda a utilização mais intensiva do capital, dificilmente o produtor de soja reduziria sua área, por mais de uma safra, em favor de outras culturas não mecanizadas ou que usassem equipamentos tecnicamente distintos dos seus, sob pena de deixar as máquinas, adquiridas para o cultivo da soja, em ociosidade. Sendo assim, a área plantada com soja, devido à imobilização de capital que a cultura requer, está menos sujeita a flutuações ou retrações bruscas do que a maioria das lavouras.

Comentários

RELAÇÃO DE PREÇOS FAVORECE A SOJA

Na evolução dos preços relativos algodão/soja, algodão/milho, residiria outro fator a explicar o declínio da malvácea, como pode ser observado no Quadro 4. O Ponto de indiferença entre plantar algodão ou soja era de 2,70 em 1971/72 e o preço relativo (algodão/soja) situava-se em patamar inferior a este (2,05), o que indicaria que na safra seguinte o produtor estaria mais inclinado a produzir soja do que algodão; e foi o que efetivamente ocorreu. A área colhida de algodão em São Paulo em 1972/73 caiu 15% em relação à safra passada, enquanto que a de soja elevou-se em 101%. A única exceção no processo deu-se na temporada 1976/77 quando houve substancial elevação na área colhida de algodão (ver Quadro 3). embora a relação continuasse favorável à expansão da soja. O crescimento das exportações brasileiras em 1975 (mais 29% sobre o ano precedente) e a expectativa otimista quanto aos preços internos e internacionais do algodão, provavelmente tiveram maior peso na decisão do produtor de algodão do que os preços relativos da safra anterior. Deve ser ressaltado, contudo, que essa grande expansão de área verificada na safra 1976/77 é explicada também pela diminuta área colhida na safra precedente. Por sua vez, a redução da área da safra 1975/76 deveu-se à queda abrupta na receita líquida auferida pelos cotonicultores, a qual caiu nominalmente de Cr$ 1.748,65/ha (1973/74) para Cr$ 532,56/ha (1974/75).

É igualmente interessante notar, que, nos últimos dois anos, a relação de preços algodão/milho inverteu-se no sentido de tornar comparativamente mais rentável a produção do cereal. Caso essa tendência prossiga, o algodão em São Paulo passará a sofrer, daqui para a frente, a concorrência também do milho.

SOJA: A RENTABILIDADE É BEM MAIOR DO QUE A DO ALGODÃO

Um outro indicador significativo do maior ou menor interesse que pode haver em optar por determinada cultura é a relação entre a receita líquida e o gasto com o custeio. Ela nos mostra o que se obtém em troca de cada cruzeiro dispendido com a produção de determinada lavoura. O Quadro 5 revela, de forma inequívoca, a maior rentabilidade da soja em relação ao algodão e ao milho. Além disso, a relação RL/CT mostra-se mais estável no caso da soja. Ou seja, a cultura da leguminosa, além de mais rentável, representa menor risco. Ainda com respeito ao desestímulo à cultura do algodão, releva mostrar que a permanente ascensão do custo de produção do produto — em termos reais, 10,6% a.a. em média — vem sendo caracterizada a cada ano por uma participação crescente do item insumos, tendência, essa, inversa à registrada pelas despesas com mão-de-obra (ver Quadro 6).

Além da influência do preço relativo e da taxa de rentabilidade sobre a intenção de plantio do produtor, uma outra variável relevante é a política adotada para o setor, caracterizada principalmente pela fixação de preços mínimos. Muito menos por uma questão de evitar flutuações excessivas nos preços de mercado, de equilibrar o suprimento com o consumo, ou de elevar a eficiência na agricultura, a política de preços mínimos tem sido utilizada como fonte de recursos para manter a liquidez do produtor, gerando excessiva concentração do crédito nas mãos de uma minoria de agricultores, com o que a inflação certamente se alimenta. A verdade é

que, na medida em que o preço mínimo é tido como referência para a tomada de empréstimos subsidiados do governo, grandes distorções são geradas na economia. Recentemente, foi decidida a desvinculação do preço mínimo da sistemática de cálculo do crédito de custeio, medida que, espera-se, propiciará maior flexibilidade na programação das atividades pré-plantio dos produtores, uma vez que a divulgação do valor básico de custeio deve preceder à dos preços mínimos. Esta desvinculação, por sua vez, propiciará condições para fixação de preços mínimos mais remuneradores, como forma de estimular a produção.

PREÇO MÍNIMO: A MAIOR GARANTIA É PARA A SOJA

A relação preço mínimo/custo unitário de produção fornece uma indicação da cobertura institucional de cada produto. O Quadro 7 indica que a garantia contra a queda dos preços de mercado foi bem mais efetiva no caso da soja do que no tocante ao algodão e ao milho. Portanto, no caso da leguminosa, o menor risco de mercado (medido pelas flutuações da relação RL/CT) associou-se à maior garantia institucional contra qualquer redução brusca nos preços. Além disso, o preço mínimo de soja jamais foi inferior ao custo de produção, como ocorreu com o algodão nas safras 1975/76 e 1977/78.

A nível nacional, a queda na produção de algodão é explicada não só pela reduçao da área plantada mas, também, pelo decréscimo da produtividade (ver Quadro 1). Apenas na região Meridional, onde a tecnologia da cultura é mais desenvolvida, é que ocorreu elevação da produtividade. Mesmo assim, esse aumento não foi suficiente para compensar a diminuição do rendimento físico registrado em outras áreas do país.

QUEDA NA PRODUÇÃO COMPROMETE EXPORTAÇÃO DO PLUMA

Área e produtividade declinantes têm resultado em produção cada vez menores. Estima-se que, de 1970 a 1978, a taxa anual média de decréscimo da produção foi de 4,1%. A safra de 1975/76 registrou a menor produção dos últimos 17 anos. Naquela temporada, as adversidades climáticas (chuvas intensas no período da colheita, no Sul, e seca no plantio nordestino) acarretaram conseqüências desastrosas na produção. O resultado foi uma redução sem precedentes no volume normalmente colocado no exterior (-95% em relação à safra anterior). Em 1976, exportamos somente 1,5% da produção, percentual extremamente baixo quando comparado à média do período 1969/75, acima de 30%. O mais interessante é que, a partir de então, as exportações de algodão não mais se recuperaram. Esse fenômeno, entretanto, tem raízes mais profundas que serão abordadas a seguir.

Enquanto a produção apresentava taxas negativas de crescimento, o consumo interno no período 1972/78 iniciava sua escalada. Neste interregno, a taxa média anual de crescimento de consumo foi de 5,2%, enquanto a relação consumo/produção, como pode ser observado no Quadro 8, cresceu firmemente, a ponto de ultrapassar a unidade em 1976 e no ano passado, quando tivemos que recorrer aos estoques. Além disso, saliente-se que, apesar de termos quase 90 mil t para "carry-over", em 1976, ainda importamos algodão pelo regime de "draw-back", com o único objetivo de arrefecer os preços internos.

Comentários

ISENÇÕES E INCENTIVOS MODERNIZAM O SETOR TÊXTIL

A elevação do consumo interno de algodão, nestes últimos 7 anos, está diretamente relacionada à modernização do parque industrial têxtil, verificada no período 1970/75. No fundo, reconhece-se que essa modernização visava menos a acompanhar o consumo interno de produtos têxteis do que a atender à esperada elevação das exportações de manufaturados, como forma de aumentar a captação de divisas. A dinamização do setor têxtil foi respaldada, de um lado, pelas isenções de impostos na importação de máquinas mais sofisticadas (as importações de equipamentos têxteis elevaram-se de US$ 22,6 milhões, em 1967, para US$ 159 milhões em 1973) e, de outro lado, pelos subsídios e incentivos concedidos às exportações de têxteis, tornando-os competitivos no mercado internacional. Considerando-se somente as isenções e créditos-prêmios de IPI e ICM e o subsídio creditício (taxas de juros subsidiados), o montante dos benefícios alcançava, em 1975, 71,2% do valor FOB exportado para o item tecidos e artigos de malharia e ponto de meia. É interessante notar que, naquele mesmo ano, ocorreu uma queda de 38,6% no valor nominal das exportações relativas àquele item, tendência essa que persistiu até 1977.

ESTRATÉGIA PARA EXPORTAR DESCUROU A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O que merece ser examinado, então, é a eficácia de uma estratégia de incentivo às exportações de têxteis que descurou inteiramente a lavoura de algodão, a ponto de permitir que a produção da matéria-prima se tornasse gravosa. Cabe perguntar se não teria sido mais proveitoso, e menos sujeito a retaliação por parte dos países importadores, investir uma parcela dos recursos destinados a incentivar a exportação de manufaturados num programa visando a elevar a produtividade no plantio de algodão ou a baratear-lhe os custos. O descaso relativo pela lavoura acabou inibindo o próprio desempenho das exportações: computando-se os manufaturados, em termos do algodão pluma necessário para fabricá-los, as vendas externas do Brasil cairam substancialmente desde 1970, muito embora tenha crescido a exportação de têxteis. Naquele ano, foram exportadas 342.834 t do pluma, que adicionadas ao algodão contido nos manufaturados têxteis exportados (17.810 t), perfaziam um total de 360.644 t. Em 1974, início da queda das exportações do pluma, foram exportadas 83.160 t, sendo que a quantidade de algodão equivalente nos têxteis vendidos ao exterior foi de 69.197 t, totalizando 152.357 t de algodão em pluma, isto é, menos da metade da exportação exclusiva do pluma, efetuada em 1970. É evidente que, na medida em que a estratégia promotora das exportações não contempla a estrutura de produção da matéria-prima, caracterizada pela baixa produtividade e elevados custos de produção, não poderia ser esperado um resultado diferente. Assim, enquanto se elevava a demanda interna pelo pluma, o excedente exportável da matéria-prima apresentava tendência decrescente. De 1970 até o ano passado, a taxa média anual de decréscimo do "quantum" exportado de algodão foi de 22,6%. A participação do valor das vendas externas de algodão em pluma na pauta das exportações totais decaiu de 8,48% em 1969, para 0,42% em 1978 e, nas exportações mundiais, o algodão brasileiro perdeu colocação em termos de quantidade: de 10,96% em 1970 para 1,01% em 1978.

GRAVOSIDADE TAMBÉM INIBE EXPORTAÇÃO DO PLUMA

Entretanto, não foram somente a menor produção e a elevação do consumo interno do algodão as causas da redução nos níveis de exportação do produto nos últimos 7 anos. A gravosidade do produto, não compensada pelo subsídio concedido à sua exportação, contribuiu sobremaneira para este desestímulo. De 1971, até o ano passado, desconsiderando as despesas que o preço interno sofre até chegar ao porto de embarque, a gravosidade pula de 10% para 24%. A causa desta defasagem está sobretudo na elevação dos preços internos. A partir de 1971, os preços internos, em termos reais, sofreram um acréscimo médio anual de 6%, enquanto as cotações internacionais elevaram-se em 1,2% a.a. O crescimento significativo da relação consumo interno/produção explica boa parte desta elevação nos preços internos (ver Quadro 8).

Fica claro, portanto, que, enquanto o governo gastava enormes somas para subsidiar as exportações de têxteis, o desinteresse pela produção interna de algodão fazia com que aumentasse a gravosidade do produto nacional e anulava, em boa parte, o efeito daqueles incentivos. Ainda mais inquietantes, contudo, são as perspectivas futuras. Se o consumo continuar a crescer à taxa média anual de 5,2%, registrada desde 1972, sem correspondente elevação na produção, o Brasil poderá passar de exportador a importador do produto. Este ano, se a indústria têxtil for bem sucedida tanto nas exportações como no mercado interno, pode-se esperar que o consumo global atinja 520 mil t de algodão em pluma. Isto significaria uma situação de relativo aperto no abastecimento interno, na medida em que o "carry-over" se situaria em nível considerado abaixo do mínimo de segurança.

MAIOR RENTABILIDADE DA COTONICULTURA EXIGE MEDIDAS DE ORDEM ESTRUTURAL

Urge, portanto, que sejam adotadas medidas de cunho estrutural, a fim de que o país firme sua posição de ofertante de algodão: rebaixar o custo de produção da cultura, mormente atuando sobre o preço dos defensivos, adubos e corretivos que, como observado, vêm crescendo a taxas bastante elevadas; continuar na pesquisa geradora de variedades de sementes mais produtivas; adotar medidas de apoio às exportações no sentido de que o preço interno alcance paridade internacional, e repartir melhor os incentivos e benefícios entre o setor industrial e o agrícola, produtor da matéria-prima. Só assim, poder-se-á estimular a rentabilidade da cotonicultura, evitando-se que o algodão torne a ser mais um produto oneroso à balança comercial do país.

Comentários

Quadro 1
Brasil e Regiões Selecionadas – Evolução do Algodão (em caroço) em Termos de Área Colhida (ha), Produção (t) e Produtividade (kg/ha) 1969/70 – 1970/78

Região Setentrional

	ÁREA	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE
1969/70	2.853.257	518.923	181
1970/71	3.131.094	922.268	294
1971/72	3.237.716	835.716	258
1972/73	3.202.962	885.994	276
1973/74	2.913.535	771.506	264
1974/75	2.957.483	647.333	218
1975/76	2.919.398	518.272	177
1976/77	3.243.882	669.283	206
1977/78 (1)	3.053.644	693.269	227
Taxa Média de Crescimento (2)	0,2	-2,6	-3,0

Região Meridional

1969/70	1.341.419	1.436.070	1.070
1970/71	1.243.231	1.348.368	1.084
1971/72	1.406.006	1.674.860	1.191
1972/73	1.175.717	1.370.465	1.165
1973/74	914.157	1.187.252	1.298
1974/75	871.101	1.103.223	1.266
1975/76	573.974	761.123	1.326
1976/77	848.109	1.227.343	1.447
1977/78	867.153	877.504	1.011
Taxa Média de Crescimento (2)	-6,3	-4,7	2,1

Brasil

1969/70	4.194.676	1.954.993	466
1970/71	4.374.325	2.270.636	519
1971/72	4.643.722	2.510.576	540
1972/73	4.378.679	2.256.459	515
1973/74	3.827.692	1.958.758	511
1974/75	3.828.584	1.750.556	457
1975/76	3.493.372	1.279.395	366
1976/77	4.091.991	1.896.626	463
1977/78	3.920.797	1.570.773	400
Taxa Média de Crescimento (2)	-0,8	-4,1	-3,0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE e MA/EAERI para área e produção.
(1) Estimativa.
(2) Com base em taxas médias móveis trienais a partir de 1968/69.

Quadro 2
Brasil e Regiões Selecionadas – Algodão (em caroço) – Médias de Períodos Selecionados: Área Colhida (ha), Produção (t) e Produtividade (kg/ha) 1947/59, 1960/69, 1970/78 e 1974/78

	ÁREA	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE
		Região Setentrional	
1947/59	1.430.413	437.571	306
1960/69	2.549.546	793.209	311
1970/78	3.168.109	718.062	226
1974/78	3.017.589	659.933	218
		Região Meridional	
1947/59	1.188.330	737.610	526
1960/69	1.110.976	1.078.917	971
1970/78	1.026.763	1.220.689	1.889
1974/78	814.898	1.031.289	1.265
		Brasil	
1947/59	2.618.743	1.175.181	449
1960/69	3.660.522	1.872.126	511
1970/78	4.194.872	1.938.751	462
1974/78	3.832.487	1.691.222	441

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE e MA/EAGRI.

Quadro 3
São Paulo e Paraná – Evolução da Área Colhida (ha) de Algodão, Milho e Soja – 1971/72 – 1978/79

SAFRA	ALGODÃO		MILHO		SOJA	
	SP	PR	SP	PR	SP	PR
1971/72	590.351	354.868	1.333.444	1.994.620	100.181	452.692
1972/73	499.782	293.506	1.302.115	1.621.696	201.696	817.627
1973/74	395.600	310.000	1.290.000	2.110.000	335.000	1.340.000
1974/75	368.000	267.000	1.106.000	1.923.000	391.200	1.631.897
1975/76	223.300	181.450	1.250.000	2.185.000	394.000	2.083.300
1976/77	300.100	290.400	1.134.000	2.153.872	449.300	2.200.000
1977/78	345.100	290.000	972.100	1.950.000	558.800	2.348.640
1978/79(1)	256.600	310.000	1.094.200	2.150.000	508.100	2.348.000
Taxa Média de Crescimento (2) %	-9,3	-2,5	-4,0	1,3	27,8	42,5

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE – MA/EAGRI.
(1) Estimativa.
(2) Com base em taxas médias móveis trienais a partir de 1970/71.

Quadro 4
São Paulo -- Relação de Preços Algodão/Soja e Algodão/Milho numa Situação de Indiferença VS Relação de Preços no Mercado
1971/72 – 1978/79

	Algodão/Soja		Algodão/Milho	
	Ponto de Indiferença	Preço Relativo	Ponto de Indiferença	Preço Relativo
1971/72	2,70	2,05	2,60	4,60
1972/73	2,76	1,22	2,83	3,48
1973/74	4,06	2,49	3,75	4,93
1974/75	3,23	2,96	3,74	3,32
1975/76	4,02	3,38	4,31	6,61
1976/77	4,02	2,03	4,91	5,40
1977/78	3,81	2,26	3,97	3,62
1978/79	3,35	2,00	3,79	3,53

Fonte dos Dados Brutos: Sec. Agr. SP, FIBGE e IEA.
NOTA: O cálculo do ponto de indiferença foi elaborado pela seguinte fórmula:

$$\frac{PA.pa}{PS.ps} = \frac{CA}{CS} \Rightarrow \frac{pa}{ps} = \frac{CA}{CS} \cdot \frac{PS}{PA}$$

Onde PA = produtividade do algodão (kg/ha)
PS = produtividade da soja (kg/ha)
CA = custo de produção do algodão (Cr$/ha)
CS = custo de produção da soja (Cr$/ha)
$\frac{pa}{ps}$ = relação de indiferença entre os preços do algodão e soja

As produtividades foram calculadas com base em médias móveis ponderadas quinquenais (respectivamente com os seguintes pesos: 12%, 18%, 20%, 23% e 27%, do ano mais remoto ao mais recente).

Quadro 5
São Paulo -- Taxa de Rentabilidade (1) (RL/CT)(2) das Culturas de Algodão, Soja e Milho – 1971/72 – 1978/79

	ALGODÃO	SOJA	MILHO
1971/72	0.69	1.19	0.20
1972/73	0.70	2.17	0.49
1973/74	0.58	1.73	0.50
1974/75	0.16	0.80	0.04
1975/76	0.60	1.17	0.08
1976/77	0.77	1.47	0.44
1977/78	0.05	1.92	0.35
1978/79	0.50	1.10	0.31

Fonte dos Dados Brutos: IEA.

(1) Com base em valores deflacionados para 1971.

(2) Receita líquida (RL).
Custo Total (CT).

Quadro 6
São Paulo – Custo de Produção do Algodão (%)
1971/72 – 1978/79

Anos	Item	Sementes e Mudas	Adubos e Corretivos	Defensivos	Total Insumo	Mão de Obra	Operação com Máq.	Outros	Colheita por Empreit.	Depreciação	Custo Total
1971/72		3,4	12,4	14,2	30,0	50,0	20,0	-	-	-	100
1972/73		3,1	12,4	12,7	28,4	24,0	-	40,0	-	7,6	100
1973/74		2,3	10,1	8,4	20,8	20,5	-	9,4	43,5	5,8	100
1974/75		1,8	32,6	8,7	43,1	16,0	7,2	-	30,5	3,5	100
1975/76		2,1	16,1	15,3	33,5	17,0	11,0	7,0	28,0	3,5	100
1976/77		1,3	12,1	16,4	29,8	12,0	11,0	8,0	35,0	3,3	100
1977/78		3,7	17,8	15,5	37,0	14,0	11,0	7,1	28,0	2,9	100
1978/79		3,0	20,0	16,7	39,7	13,0	12,0	6,5	25,0	3,8	100

Fonte dos Dados Brutos: IEA.

Quadro 7
São Paulo e Paraná – Comparação entre Preços Recebidos e Preços Mínimos de Algodão, Soja e Milho
1971/72 – 1978/79
(Valores a preço de 1971)

SÃO PAULO

Anos	Algodão (em Cr$/kg)			Soja (em Cr$/kg)			Milho (em Cr$/kg)		
	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Mínimo/ custo unit.	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Mínimo/ custo unit.	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Mínimo/ custo unit.
71/72	0,97	0,85	1,43	0,51	0,35	1,64	0,26	0,19	1,00
72/73	1,20	0,84	1,33	0,89	0,35	1,60	0,33	0,22	1,15
73/74	1,43	1,21	1,48	0,67	0,34	1,64	0,31	0,28	1,39
74/75	1,09	1,06	1,13	0,60	0,44	1,42	0,40	0,27	1,01
75/76	1,86	0,90	0,85	0,58	0,40	1,74	0,31	0,25	0,96
76/77	1,30	1,18	1,39	0,62	0,36	1,34	0,25	0,24	1,32
77/78	1,29	1,08	0,87	0,55	0,31	1,05	0,32	0,21	0,88
78/79	1,20	1,11	1,35	0,61	0,31	1,06	0,35	0,22	0,85
Taxa Média de Crescimento % (1)	1,4	2,8	-2,6	-3	-0,4	-6,6	0	-1,0	-3

PARANÁ

Anos	Algodão		Soja		Milho	
	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Recebido	Preço Mínimo
71/72	0,80	0,79	0,45	0,35	0,23	0,19
72/73	0,93	0,79	0,79	0,37	0,21	0,21
73/74	1,34	1,21	0,69	0,34	0,30	0,28
74/75	1,01	1,05	0,60	0,45	0,32	0,27
75/76	1,39	0,95	0,70	0,40	0,26	0,34
76/77	1,23	1,16	0,61	0,36	0,21	0,24
77/78	1,29	1,09	0,55	0,31	0,32	0,21
78/79	1,20	1,11	0,61	0,31	0,35	0,22
Taxa Média de Crescimento % (1)	4,0	9,6	-1,6	-1,0	+3,8	1,8

Fonte dos Dados Brutos: IEA e IBRE/CEA (FGV).

(1) Com base em taxas médias móveis trienais.

Quadro 8
Brasil – Balanço da Oferta e Demanda de Algodão em Pluma (mil t) e
Relação Consumo Interno/Produção
1971/72 – 1978/79

	(1) Estoque Inicial (A)	(2) Produção Meridional (B)	(2) Produção Setentrional (C)	(2) Produção Brasil (B+C=D)	Suprimento Total (A+D=E)	(3) Consumo Interno (F)	(4) Exportação (G)	Consumo Total (F+G=H)	Estoque Final (E-H=I)	Consumo Interno/ Produção
71/72	20,9	489	191	680	700,9	325,0	284,2	609,2	91,7	0,48
72/73	91,7	456	195	651	742,7	379,3	282,8	662,1	80,6	0,58
73/74	80,6	368	167	535	615,6	397	83,1	480,1	135,5	0,74
74/75	135,5	362	170	532	667,5	420	107,2	527,2	140,3	0,79
75/76	140,3	240	160	400	540,3	445	5,6	450,6	89,7	1,11
76/77	89,7	410	180	590	679,7	445	34,7	479,7	200,0	0,75
77/78	200,0	300	155	455	655,0	490	44,5	534,5	120,5	1,07
78/79(5)	120,5	350	160	510	630,5	520		520,0	110,5	1,02

Fonte dos Dados Brutos: (1) Aparente (partiu-se do estoque inicial aproximado da safra 77/78).
(2) Bolsa de Mercadorias de São Paulo de 1969/70 a 1976/77; Embaixada Norte-Americana para 1977/78 e GIA para 1978/79 (Reavaliação).
(3) Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de SP e estimativa do GIA para os anos 78 e 79.
(4) CACEX.
(5) Preliminar.

Quadro 9
Brasil – Exportação de Algodão e Têxteis – Média 1960/69
Período 1970-1978 e Média 1970/78
(Valores a preços de 1970)

	Algodão			Têxteis (1)	
	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000)	Participação das Exportações na Produção do Pluma	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000)
Média 1960/69	226.375	147.901	40,3		
1970	342.834	154.434	58,9	14.459	15.641
1971	226.809	136.674	38,1	18.653	29.685
1972	284.201	174.523	41,7	44.221	78.374
1973	282.792	177.418	43,4	68.449	161.057
1974	83.160	62.564	15,5	62.934	196.084
1975	107.202	61.701	20,1	80.327	159.176
1976	5.579	4.197	1,5	70.263	149.424
1977	34.732	23.405	6,1	88.406	177.198
1978	44.515	27.277	9,5	91.571	153.634
Média 1970/78	156.869	91.354	26,0	59.920	124.808

Fonte dos Dados Brutos: CACEX.
Deflator do dolar – FMI.
(1) Somente considerando aqueles que na sua fabricação possuem maior participação de algodão (fios de algodão, tecidos de algodão, artigos de malharia e ponto de meia, roupas de cama, mesa e banho e vestuário e seus acessórios de tecidos).

Comentários

FEIJÃO PRETO: AUTO-SUFICIÊNCIA

Segundo a última estimativa de safra da CFP, existe a possibilidade de o país produzir, este ano, de 2,26 a 2,39 milhões de toneladas de feijão (ou seja, de chegar ao mesmo nível de 1978) e de prover o consumidor de feijão preto com 712.000 toneladas do produto, quantidade apontada como passível de atender suficientemente à demanda.

É preciso não esquecer, contudo, que a estimativa, um tanto ou quanto otimista, de que alcançaremos a auto-suficiência neste tipo de feijão, tem, como pano de fundo, uma redução do consumo geral do produto, consumo este reprimido pela queda da oferta em relação ao crescimento vegetativo da população. O quadro abaixo mostra como, ao longo dos últimos 10 anos, esta leguminosa vem tendo sua participação na alimentação do brasileiro gradativamente diminuída:

EVOLUÇÃO DO CONSUMO PER CAPITA DE FEIJÃO NO BRASIL
1968-1978 – kg/ano

ANOS	CONSUMO
1968	26,84
1969	23,66
1970	23,21
1971	28,02
1972	27,07
1973	22,11
1974	21,47
1975	20,82
1976	17,19
1977	21,25
1978	21,06

Fontes: SUNAB-MA, FIBGE, CACEX.

CONSUMO NO GRANDE RIO ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL

Adicione-se, paralelamente, que, no Grande Rio, maior centro consumidor de feijão preto, a ingestão anual per capita do produto situava-se, segundo pesquisa do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) do FIBGE em 1977, em 16 kg ou seja, abaixo da média nacional para aquele ano. Esta situação de permanente aperto no abastecimento nacional, em espécial de feijão preto é ilustrada pelo ocorrido em 1978, quando as 702.000 t deste tipo produzidas pelo Brasil (ou seja, somente 1,4% a menos do que o máximo esperado para este ano), somadas às 6.477 t importadas do produto, não conseguiram evitar o tabelamento do preço no varejo do Grande Rio, reflexo de um quadro de escassez.

Comentários

1979 – SAFRA DA SECA DEVERÁ SER MAIOR

Ao compararmos a produção da safra da seca de 1979 com aquela de 1978, veremos que, no ano passado, ela atingiu 1,1 milhão de t, enquanto a safra da seca do presente ano poderá chegar a 1,24 milhão de t. Este desempenho deverá compensar a perda verificada na safra das águas deste ano, que se situou, também segundo a CFP, em 1,15 milhão de t (contra 1,3 milhão de t na safra 1977/1978).

No plano da produção, as más condições meteorológicas, no começo do ano, prejudicaram o produto das águas e atrasaram o plantio do produto da seca, causando suspensão de grande parte do crédito de custeio para os agricultores sulinos, suspensão esta motivada pelo receio de que pudessem ocorrer geadas em abril, prejudiciais às plantas ainda não totalmente desenvolvidas. Por outro lado, as altas cotações atingidas pelos diversos tipos de feijão, resultantes exatamente deste quadro de provável escassez, funcionaram de modo a incentivar o produtor a expandir o plantio para a safra da seca.

Neste contexto, a saca de 60 kg de algumas variedades do produto, na região sul, chegou a ser transacionada a Cr$ 650,00, valor bastante superior ao preço mínimo de Cr$ 369,00.

PREÇO FAVORAVEL INDUZ MAIOR PLANTIO

Da mesma forma, a cotação de Cr$ 1.100,00/saca 60 kg atingida pelo feijão roxinho da safra das águas, em meados de fevereiro, no mercado atacadista de São Paulo, justifica a expectativa de que a safra da seca desta variedade venha a ser uma das maiores dos últimos tempos.

Voltando ao feijão preto, as boas condições meteorológicas que se seguiram ao plantio do produto da safra da seca nas mais importantes regiões produtoras desta variedade, principalmente no sul do país, aliadas à expectativa de obtenção de um bom preço por parte dos agricultores, parecem justificar a previsão de boa produção. No Rio Grande do Sul, onde 90% da produção da safra da seca (em torno de 23,5 mil t) será composta de feijão preto, as cooperativas estavam pagando ao produtor, no início da colheita, Cr$ 450,00 pela saca de 60 kg do produto, enquanto que, em fevereiro, para esta mesma variedade, o preço médio recebido pelo agricultor gaúcho foi de Cr$ 402,00/saca 60 kg.

Em Minas Gerais, onde a produção de feijão preto poderá superar 56 mil t, o preço médio recebido pelo produtor, no mês de fevereiro, foi de Cr$ 622,00/saca 60 kg.

PRODUÇÃO PODERÁ GARANTIR ABASTECIMENTO

É inegável que esta reavaliação, para mais, da produção da safra da seca veio em boa hora, uma vez que, se a produção atingir a quantidade necessária ao abastecimento interno, o país dispensará pelo menos parte das importações programadas do produto, previstas inicialmente em 100 mil t.

As informações relativas aos gastos advindos destas compras externas são bastante desencontradas, visto que o feijão, por ser um produto pouco transacionado internacionalmente, tem suas cotações influenciadas por fatores puramente conjunturais.

Comentários

RESTRITA, A DISPONIBILIDADE EXTERNA

Além do mais, o México, tradicional exportador de feijão, terá, este ano, que recorrer a importações, o que reduz as opções internacionais de compra do produto pelo Brasil, restando, como prováveis fornecedores, o Chile e a Argentina.

Tendo em vista a pouca disponibilidade externa de feijão, chegou-se a mencionar que o preço FOB da tonelada do feijão preto adquirido pelo Brasil no exterior chegaria a US$ 600, preço 71% acima daquele praticado em 1978. Por outro lado, ao câmbio oficial de Cr$ 25,60, este valor representaria um preço FOB de Cr$ 921,60/saca 60 kg, o que deixa evidente a gravosidade destas importações. Mesmo que o Brasil comprasse a preço igual àquele pelo qual a Venezuela adquiriu feijão da Argentina em março/abril (US$ 470/t FOB), isto significaria, em moeda nacional, Cr$ 721,92/saca 60 kg, ao câmbio oficial, valor 14,6% superior ao atualmente cotado para o produto na Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro.

Resta, no momento, tão somente esperar que a produção e o abastecimento de feijão, este ano, não venham a ser prejudicados pelas geadas que caracterizaram o começo do inverno no sul do país e que poderão se repetir nos próximos dias, uma vez que a queda brusca da temperatura nas zonas feijoeiras é, atualmente, a maior ameaça à concretização dos números esperados para a safra da seca, parcialmente prejudicada pelas recentes chuvas que atingiram principalmente o Paraná e Minas Gerais.

CAFÉ

1º SEMESTRE DE 1979: EXPORTAÇÕES SATISFATÓRIAS

As exportações brasileiras de café, em 1979, vêm obtendo desempenho satisfatório, até o momento. Apesar dos resultados pouco animadores do primeiro trimestre, quando foram exportadas 2,6 milhões de sacas de 60 kg, volume bem inferior ao que o país coloca tradicionalmente no mercado mundial naquela época do ano, as vendas externas de café lograram expressiva recuperação nos meses seguintes. Assim, no período abril-junho, os embarques e registros atingiram, conforme a posição de 13 de maio último, 3,3 milhões de sacas de 60 kg. Se estas vendas forem

confirmadas, o Brasil exportará, no primeiro semestre do ano, 5,9 milhões de sacas de 60 kg (+6% em relação a igual período de 1978).

PRIMEIROS FRUTOS DA NOVA POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO

O resultado até agora obtido é fruto não só da política de comercialização externa implementada pela nova administração do IBC, mas também da estratégia de compras mais uma vez adotada pelos grandes importadores mundiais. Já há alguns anos, os principais importadores de café vêm se utilizando do expediente de antecipar suas compras durante os meses que antecedem ao inverno brasileiro, período este que empresta, aos negócios do café, nervosismo maior do que o habitual. Objetivam, assim, reduzir suas participações no mercado comprador durante os meses críticos em que os preços costumam variar em sentido inverso às temperaturas registradas no sul do Brasil, devido ao risco de geadas nas regiões produtoras.

Em 1979, o IBC está sabendo tirar proveito deste aumento sazonal de demanda. Ainda em março, foi anunciado que a política de concessão de descontos especiais aos importadores não seria mais utilizada. Poucas semanas depois, tal disposição foi confirmada, quando a "General Foods" tentou, sem êxito, obter descontos junto ao IBC. Este fato, reforçado pela divulgação da resolução que assegurava o importador contra eventuais reduções do preço mínimo de registro brasileiro, deu garantias suficientes ao mercado de que o Brasil tencionava praticar uma política de preços moderadamente crescentes, pelo menos durante os meses de inverno no hemisfério Sul.

ANTECIPAÇÃO DE COMPRAS GARANTE MERCADO

Contribuindo para esclarecer ainda mais a estratégia de vendas em adoção, o IBC, recentemente, determinou um preço de registro válido até agosto próximo, e níveis crescentes, mês a mês, para o confisco cambial, objetivando induzir o importador a antecipar suas compras. Com o aumento do valor do confisco, aperta-se a margem do exportador brasileiro, que será obrigado a procurar melhores oportunidades de negociação.

Se, até o momento, a estratégia brasileira de comercialização externa do café se tem mostrado eficiente, o segundo semestre de 1979 deverá reservar dificuldades de outra ordem às autoridades do setor. Se não ocorrerem graves fatores limitantes da oferta mundial, a redução das cotações internacionais, depois de ultrapassado o período de geadas no Brasil, parece certa, embora não deva ser muito acentuada. Desta forma, os últimos quatro meses do ano, em especial, estarão, possivelmente, a exigir, do Brasil, contínuas reduções do preço mínimo de registro, ou qualquer outro artifício que tenha por efeito compatibilizar o preço de oferta brasileiro àquele vigente no mercado internacional, sob pena de vermos declinar nossa participação na quantidade transacionada mundialmente.

Assim é que, não obstante o bom desempenho da comercialização de café brasileiro até o momento e a alta significativa registrada nas cotações do produto com as notícias das primeiras geadas no Brasil, a repetição, em 1979, da receita nominal das exportações obtida no ano passado ainda não está assegurada. No primeiro se-

mestre de 1979, os embarques e as vendas registradas atingiram, segundo declaração do presidente do IBC, 5,9 milhões de sacas de 60 kg. Assim, para que seja alcançada a previsão oficial de exportar, em 1979, entre 13 e 14 milhões de sacas de café, teremos que aumentar a média mensal das vendas externas para 1,2 a 1,35 milhões de sacas durante os próximos 6 meses. Se este objetivo for atingido, o que certamente requererá uma política mais agressiva de vendas por parte do IBC, daqui para a frente, bastará que a média das cotações, nos próximos 6 meses, se situe em torno de 145 ¢ /lb-peso, para que a receita cambial com o café chegue aos US$ 2,3 bilhões.

GEADA DE MAIO DEVERÁ FACILITAR REPETIÇÃO DE 1978

Contudo, caso as exportações não ultrapassem o volume do ano passado, será preciso que as cotações, no 2º semestre, alcancem a média de 160 ¢ /lb-peso para que aquele valor se materialize. Isso não parece difícil, à luz da primeira reação do mercado às notícias de geadas no Brasil. Em poucos dias, as cotações relativas ao primeiro futuro subiram cerca de 30%, alcançando o valor de 190 ¢ /lb-peso (em 05 de junho).

Há razões, portanto, para um retorno ao otimismo no que se refere à receita cambial proveniente da exportação de café. Mas mesmo assim, se a geada não vier a afetar significativamente a capacidade de exportação do Brasil, permanece a conveniência de se adotar daqui por diante uma política mais agressiva de exportações, com o objetivo de reconquistar parcelas de mercado perdidas nos anos mais recentes, mesmo que isso exija o sacrifício de alguns objetivos de curto prazo como a sustentação dos preços internacionais.

TRIGO

PRODUTIVIDADE OBTIDA EM 1978 ANIMA TRITICULTOR

Na safra atual, houve substancial mudança no ânimo dos triticultores com relação ao que vinha ocorrendo nos últimos anos. Essa mudança não foi fruto de medidas de política econômica mas decorreu do resultado final da safra passada que, pela sua excelente produtividade, deixou bons rendimentos aos que, após duas temporadas negativas, insistiram em plantar o cereal.

Comentários

CENTRO-SUL DO PARANÁ – ÁREA PROMISSORA

Especificamente sobre as produtividades registradas nas diferentes áreas triticultoras, releva mostrar que, naquela ocasião, a região Centro-Sul do Paraná, onde, desta vez, deverá se intensificar o plantio da gramínea, apresentou uma média de 1.800 kg/ha (além de resultados isolados de 3.000 kg/ha), o que permitiu a superação dos cálculos pessimistas anteriores sobre a produção total do estado.

No entanto, o incremento no plantio esperado para a triticultura espelha, mais uma vez, a busca da saída de uma situação de aperto financeiro dos produtores, em face das duas frustrações sucessivas das lavouras de verão, especialmente a da soja. Na medida em que são vistas como reforço à predisposição natural do produtor, podem ser consideradas bastante atraentes a concessão de 60% do preço de comercialização, para efeito de crédito de custeio, e a liberação do PROAGRO para os agricultores atingidos por mais de uma safra fracassada.

1979 – RS EXPANDE ÁREA EM MAIS DE 50%

Assim se explica o espetacular aumento da área plantada no Rio Grande do Sul, que deverá situar-se entre 1,8 e 2 milhões de hectares (mais 50% sobre a do ano anterior). Quanto ao Paraná, apesar da expansão de 20% da área, esperava-se a ocorrência de sobra da variedade IAC-5, em razão da grande quantidade disponível para comercialização, o que permitiu que 400 mil sacas de 50 kg fossem destinadas ao plantio gaúcho.

O DETRIG (ex-CTRIN), organismo do Banco do Brasil encarregado das operações com o trigo, estima a área tritícola dos estados, em 1979, da seguinte forma, em 1.000 ha:

– Rio Grande do Sul	2.000
– Paraná	1.600
– São Paulo	200
– Mato Grosso do Sul	110
– Minas Gerais	13
– TOTAL	3.923

NOVO RECORDE DEPENDERÁ DA METEOROLOGIA

Mesmo sendo um recorde, será ousado especular sobre o volume da produção a ser gerada por plantio tão vasto. Se as safras forem boas tanto no Paraná quanto no Rio Grande do Sul, a grande safra de 3,2 milhões de t, de 1976, deixará de ocupar o primeiro lugar na produção de trigo do país.

Até o momento, o clima ainda não foi completamente hostil, embora o período oficial de plantio de algumas regiões (São Paulo, Norte e Oeste paranaenses) tenha sido prorrogado, devido à falta de chuvas. Poucas regiões estão com o trigo na fase de *"emborrachamento"*, quando se torna vulnerável. Na maior parte delas, as plantas, na fase inicial, são até mesmo beneficiadas pelo frio.

Comentários

TECNOLOGIA TRITÍCOLA AVANÇA

Os recursos tecnológicos acumulados nos últimos anos, incluindo variedades mais adaptadas do cereal (este ano os produtores gaúchos terão quatro novos cultivares para uso) poderão auxiliar a consecução de um resultado excepcional, que pode ser bem representado pela avaliação da CFP, entre 3,8 e 4,25 milhões de toneladas.

Nestes tempos de prioridade ao campo, será interessante atentar para a proximidade da auto-suficiência. Uma colheita abundante, no final de 1979, reduzirá as importações brasileiras do cereal, em 1980, a pouco mais de 2 milhões de toneladas, contra 4,2 milhões de t em 1978, e 3,7 milhões previstas para este ano.

PREÇOS INTERNACIONAIS DEVERÃO SUBIR

A presença do Brasil entre os grandes importadores mundiais é um dado a não ser esquecido, pois a falência das negociações do Acordo Internacional e a desistência da criação de um cartel de produtores não significam que as cotações mundiais do produto permanecerão favoráveis aos países consumidores. A demanda mundial por grãos para alimentação humana está aumentando, a URSS e a China prosseguirão efetuando grandes compras e as oleaginosas manterão seu processo de expansão em áreas de cereais. A conjugação destes fatores levará a modificações nos preços do trigo. Como se não bastassem estes elementos de alta, os quatro maiores exportadores do cereal (EUA, Canadá, Austrália e Argentina), responsáveis pelo atendimento de 95% das necessidades do comércio mundial (só os EUA detêm 43%), acertaram a realização de mais duas reuniões, além daquela do International Wheat Council (IWC), em junho, nas quais discutirão o estabelecimento de um preço mínimo e a conciliação de suas políticas agrícolas.

O próprio subsídio ao consumo doméstico de trigo, coadjuvado pela oferta reprimida de outros produtos alimentícios básicos, engendrou a elevada demanda que, hoje, mantém afastados os números de produção e consumo, criando dificuldades diversas, cuja solução exigirá muita atenção por parte do governo federal.

Também colaboraram neste número, os seguintes estagiários:

Lauro Flávio de Faria
Rogério Carneiro Campello
Andréa Delmonte
Iracema Bouza Pessôa
Frederico A. N. B. Neto
Márcia Mury Alves

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo – representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL